

Aspectos socioeconômicos e de produção relacionados às feiras-livres do Sudoeste do Paraná.

Socioeconomic and production aspects related to open-air markets in the Southwest of Paraná.

GODOY, Wilson Itamar¹; RECH, Rogério².

1Dr. Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Campus Pato Branco, Pato Branco/PR, Brasil, godoyutfpr@gmail.com; 2Mestre em Desenvolvimento Regional da UTFPR, Câmpus Pato Branco, Pato Branco/PR, Brasil, rechrogerio@gmail.com

RESUMO: O presente artigo analisa o pertencimento dos feirantes do Sudoeste do Paraná na Categoria da Agricultura Familiar a partir dos meios e dos modos de produção e das respectivas restrições. Apresenta em especial o nível da satisfação dos feirantes da Associação de Feirantes de Pato Branco (Afepato) e Associação de Feirantes Agroecológicos (Afaeco), construindo possíveis cenários para a sustentabilidade desta atividade.

PALAVRAS-CHAVE: Feiras-livres; Agricultura Familiar; Comércio Local.

ABSTRACT: This article examines the membership of the market traders in the Southwest of Paraná, Family Farming Category, starting from the means and modes of production and its respective restrictions. It shows in particular the level of satisfaction of market traders inside Pato Branco Market Traders Association (Afepato) and in the Agroecological Market Traders Association (Afaeco), building possible scenarios for the sustainability of this activity.

KEY WORDS: Free-Trade; Family Agriculture, Trade Local

Introdução

A primeira hipótese desse trabalho é convalidar a questão de pertencimento e avaliar se os feirantes do Sudoeste do Paraná são em sua grande maioria pertencentes a categoria dos Agricultores Familiares. Os estudos de Pereira et al (2010); Carvalho (2010); Anjos et al (2005) e Coelho (2009) usam no referencial teórico a questão da Agricultura Familiar através de indícios de que esta categoria contempla os feirantes. No transcorrer de seus trabalhos isso foi validado, em especial a partir dos meios clássicos de produção: terra, capital e trabalho.

A segunda hipótese analisada é que o nível de satisfação dos feirantes em relação aos demais membros desta classe é alto, uma análise que se faz a partir de dados socioeconômicos e de produção. Essa premissa gera outra problemática que no artigo é abordada: os feirantes em sua racionalidade não acompanham apenas a lógica do mercado sendo que o seu nível de satisfação também se estabelece em relações sociais de caráter diferenciado, centradas na afetividade.

Agricultura Familiar

Do ponto de vista histórico, a Agricultura Familiar, segundo Wanderley (1999) não é uma categoria social recente, nem a ela corresponde uma categoria analítica nova na sociologia rural, no entanto, sua utilização, com o significado e abrangência que lhe tem sido atribuída, nos últimos anos no Brasil, assume ares de novidade e renovação. Segundo Silva (1981, p.7) esse debate foi realimentado no Brasil a partir dos anos oitenta do século passado e que ainda compõe os estudos da academia neste novo século, mas que o princípio de discussão foi a polêmica do desenvolvimento capitalista da agricultura europeia e russa e o destino dos camponeses no final do século XIX e início do século XX.

Essas divergências aparecem a partir da forma heterodoxa que Kautsky (1898), Lênin (1917) e Chayanov (1981) deram aos escritos de Marx

(1848). No primeiro as questões comparativas da pequena e da grande exploração, no segundo as mesmas comparações, mas com um viés de estatização dos meios de produção e no terceiro a compreensão de uma diferente lógica camponesa, mais na questão da reprodução familiar e do equilíbrio da produção-consumo.

Em termos de Brasil a história nacional se confunde com o latifúndio, uma vez que no período colonial, grandes quantidades de terras foram doadas aos que quisessem se aventurar no plantio da cana, com pequenos compromissos se comparados aos poderes, inclusive de usufruir do trabalho escravo.

Segundo Silva (1980, p.16), existiam alternativas para quem não era nem senhor nem escravo, entre elas: a) Os saques, assaltos e outras atividades do gênero; b) A indigência e mendicância; c) Uma terceira atividade era a oferta de trabalho aos senhores como serviços de guarda-costas; d) E a quarta alternativa era a ocupação de pequenas faixas de terras, para extrair o sustento da família, dando origem a Pequena agricultura no Brasil. A partir dessa análise de conjuntura, Silva (1980) atualiza algumas singularidades da Agricultura Familiar: a) utilização do trabalho familiar; b) posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) produção direta de parte dos meios de produção para subsistência seja com alimentos para o autoconsumo seja para a venda; d) não é fundamental a propriedade, assim como o proprietário, os arrendatários e os posseiros, podem também compor essa categoria.

As feiras-livres

Existem referências muito antigas, inclusive bíblicas de sua ocorrência. Na Bíblia Sagrada (1979, p.909) um cenário de vendas ao ar livre, nos espaços centrais como nos templos, onde Jesus expulsou os vendilhões. “Havendo chegado ao templo, começou a lançar fora os que vendiam e compravam, derrubou as mesas dos banqueiros, e

as cadeiras dos que vendiam pombas” inquietando o líder religioso. De acordo com Souza (2010) os ingênuos comerciantes do início da era cristã buscavam negociar seus excedentes e conseguir os produtos que lhes faltavam. Escolheram o Templo por ser, um lugar de maior fluxo e, conseqüentemente, maior possibilidade de venda, além de um evento comercial. Obviamente, aconteciam outros fatos, inclusive, obscenos que não eram do agrado do líder dos cristãos.

A partir de Anjos et al (2005, p.16) tem-se um recorte temporal, trazido para a idade média, mostrando que o surgimento das feiras-livres nas similaridades que as conhecemos vem de longa data. Seu surgimento remonta ao aparecimento dos primeiros burgos e à intensificação das trocas comerciais. No continente europeu isso se consolidou a partir do século XI, com o desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo e a abertura das rotas comerciais entre ocidente e oriente. Os autores prosseguem mostrando que “as origens das feiras estão relacionadas com os encontros periódicos entre produtores e mercadores, que aconteciam em datas fixas, nas datas comemorativas religiosas e profanas ao longo das estações do ano”.

Em termos de Brasil existem registros de feiras-livres ainda no Brasil Colônia, segundo Anjos et al (2005, p.17) essa origem se confunde com a própria história nacional. Elas se multiplicaram no Brasil Colônia assumindo papéis fundamentais, não só nos primeiros povoamentos, mas também na estrutura da própria organização social e econômica das populações. Uma das primeiras referências sobre feiras-livres no Brasil vem do ano de 1687, quando, em São Paulo, no Terreiro da Misericórdia, oficializou-se a venda de gêneros da terra, hortaliças e peixes. As feiras que mais se assemelhavam às atuais feiras-livres paulistas aconteceram no final do século XVIII, com o desenvolvimento de praças de comércio para o

abastecimento dos tropeiros, nas redondezas dos locais de pouso das tropas de gado. A partir de então, as feiras se expandiram por todo o Brasil, desempenhando importante papel no abastecimento urbano dos mais diversos tipos de produtos agropecuários revestindo-se de importância principalmente entre pequenos agricultores.

Existem regiões do Brasil onde as feiras-livres têm maior relevância, Lima 2008, apud Coêlho (2009, p. 37) fala do Nordeste Brasileiro, onde a partir do século XVIII tiveram papel importante nos primeiros povoamentos ou vilas, visto que eram os únicos espaços de comercialização dos excedentes. Mascarenhas (2008, p.75) diz que a feira-livre no Brasil constitui uma modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos, herança em certa medida da tradição ibérica, posteriormente mesclada com práticas africanas, estando presente na maioria das cidades brasileiras. Desempenha ainda hoje um papel muito importante no abastecimento e na segurança alimentar da população urbana.

Metodologia

A opção nesse artigo foi trabalhar com pesquisa qualitativa. Em termos de escritos sobre feiras-livres que já utilizaram esse procedimento, pode-se citar Ângulo (2003) que analisou a dinâmica dos feirantes de Turmalina – MG, Carvalho (2010) que caracterizou os clientes da feira-livre de Alfenas - MG, Pereira et al (2010) que estudaram a importância da feira-livre como canal de comercialização em Umuarama-PR, Michelin (2010a) que percebeu os entraves na organização da feira do produtor em Paiçandú – PR, Barros (2009) que analisou a sociabilidade na feira de Ibaetetuba – PA, Michelin (2008b) que ao estudar

agricultores feirantes do norte do Paraná discorreu sobre as alternativas para a inclusão socioeconômica, Modenese et al (2010) que caracterizaram os consumidores das feiras-livres em Jales – SP, ainda Godoy (2005) que em sua tese de doutorado estudou a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização em Pelotas-RS comparando feiras-livres da mesma cidade. Com procedimento similar, Coêlho (2009) pesquisou as feiras-livres dos municípios de Ocara e Cascavel ambas no Ceará.

Seguindo os rastros dessas produções se percebe a delimitação de um universo de observação, pois em Ângulo (2003) e Michelon (2007) aparece no título das obras a palavra “caso”. De outra forma, Triviños (1987, p. 133) mostra que entre os tipos de pesquisa qualitativa característicos, o estudo comparativo de casos é um dos mais relevantes. Goldenberg (2003, p. 33) diz que o estudo de caso historicamente vem de uma tradição de pesquisa médica ou psicológica, e se refere a uma análise mais detalhada de um caso individual.

O presente estudo desenvolveu-se em três etapas, na primeira realizou-se um levantamento regional das feiras-livres no Sudoeste do Paraná, através de entrevistas abertas realizadas com entidades de classe, o poder público municipal, antigas lideranças além de visitas in lócus para identificar peculiaridades do surgimento dessas atividades. Em alguns eventos regionais buscou-se confrontar as informações da existência de feiras-livres com as lideranças dos municípios. Construiu-se então, uma lista de contatos, permitindo identificar em quais municípios as feiras-livres estão presentes. Definiu-se por fazer na primeira etapa um trabalho comparativo entre as associações de feirantes de Pato Branco (Afepato) e Ampére (Afaeco), em função das diferenças existentes entre os municípios em termos de IDH e renda per capita. Contribuiu ainda no campo das

justificativas da escolha a questão da feira-livre de Pato Branco ser convencional e a de Ampére ser Ecológica.

Na segunda etapa aplicaram-se os questionários estruturados em dois vieses, o primeiro dos recursos e suas restrições, buscando o nível de satisfação do produtor tanto na Afepato quanto na Afaeco, e o segundo com questões relativas à comercialização em função dos consumidores das duas feiras.

Após uma estratificação por categoria produtiva com representantes da cadeia produtiva de carnes, dos hortifrutigranjeiros, de leite e derivados e da panificação foram entrevistados treze feirantes na Afepato.

Na Afaeco foram entrevistados todos os dezesseis feirantes. Para a determinação do número de consumidores a serem entrevistados, utilizou-se os critérios estipulados por de Richardson (2008, p.170), sendo que dos quatrocentos consumidores estimados como consumidores da Afepato, entrevistou-se setenta e três. Na Afaeco dos duzentos consumidores estimados entrevistou-se cinquenta e três.

Para efeitos comparativos buscou-se levantar com mais clareza a questão econômica dos feirantes, sendo que contemplado no questionário algumas categorias de análise, em especial a remuneração do trabalho familiar por unidade familiar (RTF). Considera-se uma RTF os adultos acima de dezoito anos, e meia RTF aqueles que têm entre catorze e dezoito anos.

A terceira etapa constou da interpretação dos dados e confrontação com a bibliografia. Para as últimas lapidações interpretativas foram realizadas apresentações das informações do trabalho de campo em entidades regionais como os próprios feirantes, a Unioeste, Assesoar, Cresol, Famper.

Apresentação de resultados

A pesquisa de campo mostrou conforme a Figura 1, uma maior frequência das feiras-livres na

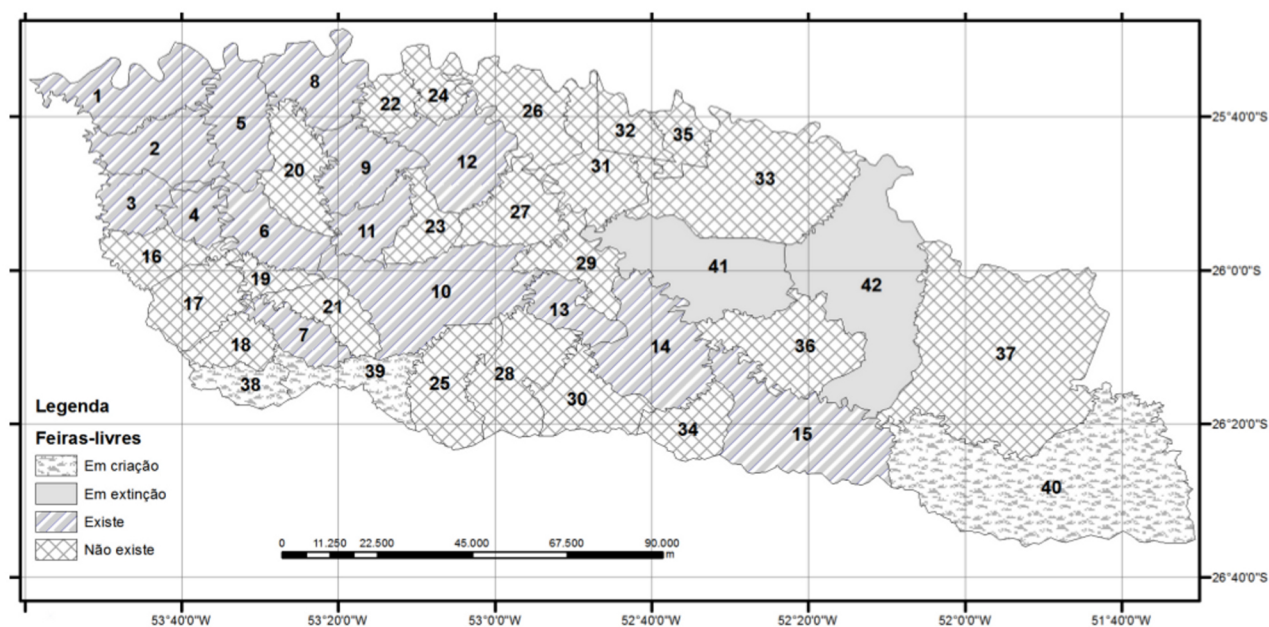


Figura 1: Mapa da distribuição das feiras-livres nos municípios do Sudoeste do Paraná.

Fonte: Pesquisa de campo realizada pelo autor. Pato Branco, PR. Jul-2010.

região de fronteira com a Argentina, na microrregional de Francisco Beltrão. Evidências dão conta de pelo menos dois motivos para o fato, o primeiro é a influência das entidades de classe que operacionalizaram a orientação aos produtores, no caso os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados a Fetraf, exceto o Sindicato de Santa Isabel D'Oeste filiado a Fetaep, município este que não possui feira-livre. Em termos de entidades cabe ainda registrar a presença histórica da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR. O segundo motivo diz respeito, aos efeitos da Revolução Verde mais presentes na região microrregional de Pato Branco com impactos mais acentuados da modernidade e da especialização que inibem a diversificação das propriedades e a produção de excedentes de autoconsumo.

As entrevistas realizadas com as entidades que assessoram as feiras-livres no Sudoeste do Paraná

mostraram que os feirantes pertencem a categoria de agricultores familiares, tanto na Afepato quanto na Afaeco.

Na Afepato 84,62 % dos entrevistados têm área inferior a 12 hectares, sendo produtores consolidados, possuindo em média de 26 anos de atividade na propriedade, o que sugere que mais de uma geração ali se estabeleceu. Com relação a mão de obra, estão organizadas para a reprodução familiar, 59% das famílias entrevistadas têm quatro ou mais UTFs.

Os relatos demonstram a necessidade da suplementação externa da mão de obra e da opção pela permanência nesta atividade, sendo que em três famílias entrevistadas os filhos voltaram para propriedade dos pais, após um insucesso no meio urbano.

As contratações de mão de obra são sazonais, sendo que 15% das famílias entrevistadas se utilizam deste procedimento. Com relação à renda

por Unidade de Trabalho Familiar, a média apresentada é de R\$ 1354,00. Considerou-se em torno de 10% das despesas com alimentação computadas também como receitas para a questão da subsistência.

Na Afepato os feirantes se identificam pelas categorias produtivas a que pertencem, tais como a categoria dos produtores de frutas e hortícolas, produtores da panificação e seus derivados, produtores de carnes e também produtores de leite e seus derivados, sendo que o nível de satisfação se estabelece principalmente na questão monetária, considerada satisfatória.

Verificou-se que 93,75 % dos feirantes da Afaeco têm menos de 22 hectares, e trabalham a mais de 25 anos na propriedade. Em relação à mão de obra 63% das propriedades têm três ou menos unidades de mão de obra. Como não contratam mão de obra, os feirantes na Afaeco estão no limite de otimização deste fator, sendo que algumas famílias apresentam dificuldades de reprodução. Com relação à renda por UTF a média de remuneração financeira foi inferior, R\$ 858,00. Considerou-se na questão da subsistência, em torno de 25% das despesas com alimentação, contabilizados como entrada na remuneração.

Com relação à satisfação, os feirantes da Afaeco além da questão econômica se identificam como atores sociais, sendo possível identificar quatro categorias dentro do grupo: a) Categoria Operacional e Ideológica (COI) composta pelos feirantes dirigentes, mais participativos na liderança regional de instituições de classe, inclusive com maior participação político-partidária. b) Categoria Orgânica Participativa (COP), composta pelos feirantes que desempenham trabalhos mais específicos localmente, tais como dirigir outras cooperativas, além de atuarem em programas governamentais de cunho técnico, a exemplo do trabalho de proteção de fontes nas propriedades de outros agricultores. c) Categoria dos Guardiões

Culturais (CGC), evidenciado pela participação daqueles agricultores que há muitos anos participam da atividade feira-livre, mantendo sob seu cuidado sementes, receitas e material genético.

d) Categoria dos Feirantes Especializados (CFE), composto por aqueles que vendem na feira-livre e nas redes de supermercados. Dessa forma os feirantes da Afaeco são “feirantes que também vendem”.

Possíveis Cenários

A consolidação das feiras-livres no Sudoeste parte da premissa da necessidade de uma maior presença de entidades de classe e de outras instituições que trabalham com a Agricultura Familiar. Existe certo consenso entre as instituições que representam a Agricultura Familiar regional de que não se tem políticas públicas adequadas às feiras-livres e que os recursos via secretaria da agricultura municipal são ínfimos, sendo que em alguns municípios a própria prefeitura tem dificuldade de dizer da existência ou não da atividade feira-livre no seu território, além da falta de orçamento específico para a atividade, o que reforça o já exposto por Coêlho (2009) como espaços de comercialização despercebidos pelas administrações municipais.

Outra questão que deve ser descrita são os insipientes recursos federais que nos últimos anos privilegiaram estruturas físicas, do que se denominou Mercado do Produtor, normalmente situados à beira das rodovias do Sudoeste, sobrando nos últimos dois anos o apoio de algumas universidades públicas, que com projetos de extensão obtiveram recursos financeiros junto ao governo federal e estadual para acompanhamento de Agricultores Familiares e entre estes alguns feirantes. Em alguns municípios os feirantes migraram para outro espaço de comercialização, o Mercado do Produtor, fazendo com se enfraquecesse a feira-livre local.

Percebem-se ainda as tentativas de ampliação dos espaços de venda para os bairros nas cidades mais urbanizadas, que possuem mais de 65% da população na área urbana. Em Francisco Beltrão já são quatro feiras-livres sendo que duas surgiram no ano de 2011, fato também evidenciado em Ampére, onde existem atualmente duas feiras-livres. É importante destacar a existência de um limite de produção, em que os agricultores descartam outras possibilidades de venda em outro dia semana, em função principalmente das restrições de produção. Os feirantes das duas maiores cidades do Sudoeste, Pato Branco e Francisco Beltrão, têm certa especialização na atividade, o que não ocorre em outros municípios onde a atividade feira-livre se mistura com outras, em especial com a exploração leiteira. Cabe ressaltar que a atividade leite é muito competitiva em necessidade de mão de obra e que em Pato Branco e Francisco Beltrão ao se especializarem na atividade feira-livre, os feirantes têm abandonado a atividade pecuária leiteira.

Dessa forma, garantidos alguns requisitos como orientação e investimento público com políticas específicas, as feiras-livres do Sudoeste do Paraná estão em um processo de expansão e recriação sendo o principal canal de comercialização de hortifrutigranjeiros.

Considerações Finais.

Os dados obtidos neste trabalho demonstram o pertencimento dos feirantes do Sudoeste do Paraná na categoria da Agricultura Familiar, em especial pelo uso e restrições dos meios clássicos de produção: terra, capital e trabalho. Demonstrou-se também a existência de uma correlação entre as pequenas áreas e a maior diversificação de atividades na propriedade.

Com relação à hipótese de que o nível de satisfação dos feirantes em relação aos demais membros desta classe é alto, comprovando-se ser

verdadeira, pois o nível de satisfação apresentado é alto.

Verificou-se que a principal identificação dos feirantes da Afepato dentro de seu grupo se dá enquanto o produto vendido. Na Afaeco apesar da remuneração por Unidade de Trabalho Familiar ser menor, os feirantes também se identificam como atores sociais tendo na feira-livre o papel de também garantir presença de outras organizações da Agricultura Familiar.

Dessa forma, guardada as especificidades e singularidades, as feiras-livres no Sudoeste do Paraná estão em processo de consolidação, carecendo, no entanto de políticas públicas, inclusive de orçamento para que possam ter acompanhamento. Os fatos mostrados quanto à satisfação e recriação de novas feiras-livres mostram um cenário altamente positivo para a atividade.

Referências Bibliográficas

- ÂNGULO, J. L. G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG. O.R. & A. **Revista de Administração da UFLA**, v.5, n. 2, julho/dezembro 2003.
- ANJOS, F. S. et al. **As Feiras Livres de Pelotas sob o Império da Globalização: Perspectivas e Tendências**. Pelotas – RS: Ufpel, 2005.197p.
- BÍBLIA SAGRADA, Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Erechim: Edelbra, 1979. 1102 p.
- CARVALHO, F.G et al. Hábitos de Compra dos Clientes da Feira-livre de Alfenas-MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 12, n. 1, p. 131-141, 2010.
- CHAYANOV, A. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: SILVA & STOLCKE. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COELHO, J. D. **Feiras Livres de Cascavel e de Ocara: Caracterização, Análise da Renda e das Formas de Governança dos Feirantes**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
- GODOY, W. I. **As Feiras Livres de Pelotas-RS**:

- Estudo Sobre a Dimensão Socioeconômica de um Sistema Local de Comercialização. Pelotas: UFPEL, 2005. – 284p. Tese de Doutorado (Doutorado em Produção Vegetal). Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2005.
- GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- KAUSTKI, K. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972. Traduzido do Original: Die Agrarfage, 1898.
- MARX, K. **O capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Reginaldo Sant' Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, v.1. cap. 1 - 12. Tradução de: Das kapital: kritik der politischen ökonomie, 1889.
- MASCARENHAS, G; DOLZANI, M. Feira Livre: Territorialidade Popular e Cultura na Metrópole Contemporânea. **Ateliê Geográfico**. Goiânia-GO. v. 2, n. 4.agos/2008 p.72-87, página 72.
- MICHELON, E. et al . Feira do produtor e os Entraves à Sua Organização e à Comercialização: o Caso de Paçandu. **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober)**. UEL – Londrina, 2007.
- MICHELON, E. et al. **Rede de Dinamização das Feiras da Agricultura Familiar-Redifeira: Uma Alternativa para a Inclusão Socioeconômica das Famílias Rurais**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Acre: 2008.
- MODENENESE, V. M. **Caracterização dos Consumidores de Produtos Adquiridos dos Agricultores Familiares que Comercializam Diretamente sua Produção, na Região de Jales – SP**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande: 2010.
- PERREIRA, W. F. **Feiras de Produtores Rurais do Município de Umuarama-PR: Importante Canal de Comercialização Para a Agricultura Familiar**. Umuarama: UEM, 2010.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1985.
- REZENDE, M. L. et al. **Hábitos de Consumo: Uma abordagem dos Consumidores da Feira Livre de Alfenas-MG**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009.
- SILVA, J. G; STOLKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- SEGUNDO CONGRESSO DE TODA A RÚSSIA DOS SOVIETES DE DEPUTADOS OPERÁRIOS E SOLDADOS. **Escritos de Lênin (1917)**. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/apropuc/index.php/revista-puc-viva/23-edicao-31/768-segundo-congresso-de-toda-a-russia-dos-sovietes-de-deputados-operarios-e-soldados> Acesso em 10 -01 - 2010
- SOUZA, L. G. **Memórias de Economia: Uma Realidade Brasileira**. Biblioteca Virtual, 2010. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/libreria/index.htm> m. Acesso em 03 de junho de 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- WANDERLEY, M. N. B. Em Busca da Modernidade Social; Uma Homenagem a Alexander Chayanov. In: FERREIRA, ÂNGELA, BRANDENBURE. **Para Pensar Outra Agricultura**. Curitiba: Editora UFPR, 1999.